

Ação Sindical

ESTUDOS - CRITICA - ORIENTAÇÃO

Ano I - N.º 3 - Maio de 1958

Diretor responsável: Alexandre C. Pinto

Administrador: Rubens Leite

Redação: Rua Rubino de Oliveira, 85, 1.º andar

Registrado de acordo com a lei.

Correspondência: C. P. 5739 - São Paulo - Brasil

DEMAGOGIA EM CENA

As atuais campanhas sobre a aposentadoria e direito de greve estão dando pasto à mais desbragada das demagogias. Dois direitos de fato, destinados um a amparar a velhice de quem se dedicou ao trabalho enquanto teve forças, e outro reconhecendo a defesa a que pode recorrer quem trabalha quando lhe negam os meios de subsistência e de conforto a que faz jus.

A aposentadoria, in limine, deveria ser regulamentada pelos próprios trabalhadores, únicos contribuintes e únicos beneficiários. Assim sucede em qualquer tipo de sociedade de socorros mútuos, de sociedades comerciais, de cooperativas etc., em que poucos ou muito membros se unem para um fim útil a seus componentes. A demagogia getuliana, com seus laivos de tutoria, pretendeu beneficiar os trabalhadores com o dinheiro dos mesmos... Decretou suas contribuições, as dos patrões e a do próprio governo, única razão a justificar sua intervenção. Como nunca a pagou e jamais a pagará, sua intervenção é improcedente. Nomeando, como nomeia, afilhados políticos para a direção e serviços dos institutos, gente que procura "arrumar-se" antes que mude a situação que lhe deu as sinecuras, o governo torna-se um indesejável nessa administração e único culpado de todos os roubos (é assim que definimos os desfalques e negociatas) de que os órgãos de previdência são vítimas.

Os patrões, em todo este assunto, são figuras neutras. Obrigados a pagar uma quota parte, levaram esta à conta de mão de obra sobre os produtos fabricados, remunerando proporcionalmente menos os trabalhadores sobre quem contribuem. Justifica-se sua neutralidade. As poucas manifestações de desagrado que surjem às vezes entre eles são devidas a outro fato, que só eles compreendem e que escapa à percepção dos trabalhadores: todo aumento de contribuição não passa de um maior imposto para manter maior número de parasitas. E como também eles já estão achando demasiado cara a sua máquina estatal, gostariam que ela fosse mais barata.

Os trabalhadores, contribuindo com milhares de milhões de cruzeiros por ano, têm o direito de dispor de seu dinheiro e de regulamentar a forma de suas pensões e aposentadorias. Se o governo lhes nega esse direito, impondo uma tutoria que ninguém lhe pede e que ninguém deseja, não faz nada de mais em regulamentar as sobras dos bilhões que os institutos arrecadam. E uma vez que as sobras são poucas, nós lhe desculparamos as tapeações das suas aposentadorias integrais, tipo último modelo, que terá a virtude de aquietar por mais um tempo a massa dos trabalhadores.

O que não podemos desculpar é a demagogia feita em torno do assunto, não só pelos governantes mas por todos os cabos eleitorais que escondem seu açaimo no unto da liderança sindical. Caravanas e Jango, Jango e conferências, congressos e Jango, Jango e "líderes", tudo encomenda do Jango, o maior conspirador das finalidades do sindicalismo, a exibir falsos amores e falsos cuidados pela massa dos trabalhadores... com vistas às próximas e às futuras eleições.

O carro sindical está quase inteiramente atrelado aos desígnios políticos do vice. É bom que os dirigentes dos sindicatos que ainda mantêm um pouco de independência dêem uma breca nessa carreira que está alucinando muitos de seus colegas. As táticas de luta do sindicalismo não são essas. Os trabalhadores não precisam mendigar favores por intermédio de ninguém, pois o que conseguirem por esse meio será podre e insubstancial como a última lei de aposentadoria ordinária. Os direitos não se mendigam — exigem-se. E quando alguém exige de outrem deve fazê-lo com altura e independência.

Dois deputados, na Câmara Federal, declararam que era inexplicável a reviravolta dos líderes sindicais e seu mudismo repentino, ao ser abandonado o projeto da lei orgânica de previdência social, para dar lugar ao atual mostrengo. E disseram que houve corrupção, provocada por uma caixinha de alguns milhões, das companhias de seguros; é que a lei sancionada não prevê nada sobre acidentes, deixando que as companhias de seguros continuem com seu negócio rendoso. Tudo indica que deve haver algum fundamento em suas declarações. O que seria importante era saber-se quem comeu a grande bolada. Não acreditamos que tenham sido os líderes de ordem secundária, os pobres líderes sem experiência, cegos e tapados como qualquer mortal comum, instrumentos maleáveis para todos os jogos. Não seria mesmo de estranhar que, desde seu início, tivesse a campanha pró-lei orgânica a única finalidade de assustar os exploradores dos seguros de acidentes, predispondo-os para a grande chantagem de que foram vítimas...

Nas próximas eleições do STIG, pelo que já sabemos, a chapa oficial não apresentará grades modificações. Repete-se, mais uma vez, a dança dos tangerás. E os afastados da produção, já acostumados a "seus" bons empregos, continuarão afastados... até esquecerem seu ofício. Sua Excia. assim o quer. Mas os gráficos, desta vez, vão moralizar o seu ambiente. Todos reconhem que É PRECISO MUDAR!

Sobre as Comemorações do 1.º de Maio

A mistificação que vêm sofrendo as comemorações da data magna dos trabalhadores não tem impedido que eles e alguns idealistas a comemorem de acordo com seu verdadeiro sentido. Assim, no Sindicato dos gráficos, seu Departamento Social e Cultural promoveu uma sessão cívica sobre a data, tendo os oradores historiado e comentado os acontecimentos que lhe deram origem. Representando o Centro de Cultura Social, falou o velho militante e jornalista Sr. Edgard Leuenroth, cujo discurso transcrevemos aqui, nos seus tópicos mais importantes:

"Permitem que eu comece com um desabafo sentimental, provocado por este meu contato direto com os gráficos. E por quê? Porque foi no meio dos gráficos que eu inicii minha vida profissional. Porque foi entre os trabalhadores gráficos que teve começo minha atividade de militante das lutas sindicais e sociais. Foi como gráfico, ainda menino, quando mal alcançava a caixa tipográfica, que tive de iniciar minha passagem pelas forças caudinas do salariato.

"E foi nessa época que um desses fatos, aparentemente insignificantes na vida de um homem, tocou minha consciência, revelando-me, de maneira chocante, as injustiças da sociedade capitalista. Na oficina em que trabalhava como aprendiz, era chefe um desses tipos que simbolizam a organização burguesa. Por um motivo que nunca consegui esclarecer, certo dia, o tal chefe, partindo de onde tudo fiscalizava, como capataz zeloso do domínio do senhor, chegou até onde eu estava e, sem que eu percebesse, deu-me um bofetão. A revolta que essa injustiça me causou, foi a primeira na formação da minha mentalidade. Isso também porque acorreu em meu auxílio, prestando-me solidariedade carinhosa Helore Marchini, que na oficina se destacava pela sua conduta correta, como bom profissional e bom companheiro. Classificavam-no de esquerdista, vindo eu, tempos após, encontrá-lo como militante da União dos Trabalhadores Gráficos e do movimento libertário. O contraste da injustiça do servil da burguesia com a solidariedade firme e serena do idealista, impressionou-me profundamente.

"Foi, ainda, no meio gráfico que a minha prática jornalística se iniciou de maneira mais positiva, na publicação, no começo do século, em companhia do saudoso Ambrósio Chiodi, de "O Trabalhador Gráfico", órgão da U. T. G., onde comecei a conhecer o verdadeiro significado do 1.º de Maio.

"Poderá haver quem esteja pensando: — Lá vem o velho com coisas de programa da saudade... "Nada disso. Apenas lembrança histórica.

"Haverá, acaso, solução de continuidade na história da coletividade humana? Seria insensatez admitir tal conceito. A vida de nossos dias está ligada ao passado, assim como a vida de amanhã será uma consequência lógica da vida de hoje. Uma prova: a comemoração do 1.º de Maio que nos reúne aqui e saúdo o proletariado internacional — relembra um acontecimento que se desenrolou há mais de meio século, isto é, há 72 anos — e nem por isso deixa de oferecer-nos ensinamentos — grandes ensinamentos.

"Relembremos pois, companheiros, esse fato que figura nas lutas proletárias em letras sanguíneas.

"Todos os acontecimentos históricos e mesmo os fatos restritos a determinados âmbitos sociais, e até familiares, são recordados de acordo com sua significação. O sacrifício de um Tiradentes não poderia ser lembrado com um desfile de escolas de samba no Largo da Lampadosa, no Rio, onde esse mártir da libertação do Brasil da tirania colonial foi enforcado e esquartejado. Seria absurdo admitir que os negros comemorassem a abolição da escravidão com demonstrações de agrado aos seus antigos senhores e capatazes. Ridículo seria conceber que

comemoração da República se fizesse com vivas à monarquia. Não teria cabimento verem-se famílias de vítimas de uma catástrofe relembrem essa desgraça com festanças. E odioso, certamente, seria o ato de quem pretendesse relembrar com festas o massacre dos presos políticos do presidio Maria Zélia, quando tentavam libertar-se da prisão.

"Não nos cabe, pois, prezados companheiros, colocar-nos ante nossa consciência para decidir — sem receio de praticar uma injustiça social — como devemos comemorar o 1.º de Maio? Com festas e alegrias? Têm os trabalhadores motivos para isso em sua condição de assalariados, sujeitos à exploração capitalista?

"Diz muito bem José Otiteira no artigo hoje publicado em "Ação Direta": "O trabalho vive escravizado e os escravos não costumam festejar sua escravidão".

"Então como comemorá-lo? Com lamentações, transformando-nos em carpideiras e pondo-nos a chorar em missas rezadas pelas almas das vítimas do regime capitalista? Isso certamente que não. Nem com lamentos nem com lamentos.

"O 1.º de Maio é um brado de protesto e uma afirmação de propósitos reivindicadores. Os mártires de Chicago, depois de, no tribunal, terem transformado sua defesa em formidável libelo contra a sociedade capitalista, apontando suas injustiças e seus crimes, ainda no derradeiro instante das forças sacrificarem suas vidas preciosas, bradaram aos povos oprimidos sua conchamação à revolta contra a tirania social e em prol da felicidade para todos.

"Pode haver dúvidas sobre isso? Absolutamente, não. Os dados históricos estão sendo divulgados por toda parte.

"Poderia deter-me aqui a mencionar datas, a ler resoluções de congressos, mas para isso não há tempo e talvez se tornasse fastidioso. Basta relembrar, sumariamente, os fatos — como roteiro para o exame de nossas considerações. Os acontecimentos que tiveram desfêcho trágico no enforcamento dos quatro militantes libertários, que passaram à história sob a denominação de Mártires de Chicago iniciaram-se com a agitação contra o excessivo horário de trabalho então vigente e pelo estabelecimento da jornada de 8 horas.

"Essa agitação ganhou vulto, estendendo-se pela maior parte dos Estados Unidos. Muitas categorias de trabalhadores promoveram greves e conseguiram vitórias. Promoveram comícios e passeatas. O ambiente proletário foi empolgado pelo movimento, mantendo-se as organizações dos trabalhadores em grande atividade. Um congresso marcou o 1.º de Maio de 1886 para o início de uma greve geral que deveria conquistar a jornada das 8 horas. O capitalismo não quis ceder, escudado na organização estatal, movimentada em seu favor. O proletariado persistiu. Num de seus comícios, a polícia carregou contra o povo, ferindo e matando. Uma bomba de dinamite foi atirada contra a polícia que também teve vítimas. Desencadeou-se feroz reação, enchendo-se as prisões de militantes proletários. Entre eles, oito que se haviam destacado pela sua atividade, dedicação e valor, entre os trabalhadores. Foram processados e julgados. Seu julgamento teve grande repercussão pela atitude corajosa dos acusados, que, serena-

A exploração do homem pelo homem fornece a base a todo comércio e sua moral, a todas as hierarquias e autoritarismos. A emancipação dos trabalhadores — única parte explorada — acabará com tal base. O sindicalismo, visando essa emancipação, permite deduzir que sua finalidade não se limita aos problemas econômicos. No bojo de seu federalismo aninham-se os germens de um mundo novo. É preciso que todos os idealistas compreendam isto.

mente, com consciência e segurança, sustentaram suas idéias.

"O capitalismo queria condená-los, e foram condenados: cinco à morte, por enforcamento, e três a várias penas. Quatro foram enforcados. Um suicidou-se, para não entregar o pescoço ao carrasco da burguesia.

"Anos após, foi feita a revisão do processo e reconhecida a inocência dos condenados, sendo postos em liberdade os três que se encontravam na prisão.

"Esse monstruoso crime do capitalismo agitou o proletariado internacional. Os congressos das organizações dos trabalhadores dos Estados Unidos e de outros países resolveram considerar o 1.º de Maio como data de protesto contra a tirania burguesa, e de afirmação de vontade e decisão do proletariado a lutar em prol de seus direitos.

"Tudo isso está consignado em livros e folhetos, em anais de congressos, em revistas e jornais. E não há uma única resolução considerando o 1.º de Maio como data festiva. Como, pois, promover festas em comemoração do 1.º de Maio? Não constitui isso uma injustiça para com as vítimas da reação burguesa? — Claro que sim! Mais do que uma injustiça e uma ingratidão, é uma afronta.

"Festejar o quê? Essa tal legislação social? Todas as leis que aí estão representam o resultado de duras penas, longas e sangrentas lutas do proletariado. Essa história foi escrita com gotas de sangue entre brados de dor e sofrimentos.

"O 1.º de Maio consta hoje como feriado no calendário brasileiro. Mas pode ser ignorada sua história no Brasil? O 1.º de Maio como feriado veio após dezenas de anos em que o proletariado comemorou essa data contra a vontade do capitalismo e do Estado a seu serviço, com manifestações de decisão consciente dos trabalhadores, de permoio com as brutalidades policiais. Não podendo impedir a sua comemoração de caráter rebelde, transformaram a data em feriado, para ser mistificada com festas incabíveis na rememoração de um dos maiores crimes sociais da história.

Outros oradores se fizeram ouvir também neste ato comemorativo, todos realçando a mistificação burguesa e afirmando seus propósitos de luta pela emancipação do proletariado.

NO CENTRO DEMOCRÁTICO ESPANHOL

Neste centro, que congrega os mais lídicos cultuadores da democracia entre a numerosa colônia espanhola aqui radicada, o 1.º de Maio foi também comemorado com todo o respeito e significado que a data exige. Vários oradores, brasileiros e ibéricos, fizeram-se ouvir nesse ato.

Anistia aos Presos e Exilados Espanhóis

Promovido pela União Estadual dos Estudantes e contando com a cooperação de numerosas entidades associativas, sindicais e culturais, deverá realizar-se no dia 4 de junho próximo, às 20.30 horas, no teatro São Paulo, importante ato público. A finalidade do mesmo é pleitear das atuais autoridades espanholas ampla anistia para os que purgam nas prisões da ditadura franquista o "crime" de não estarem de acordo com os crimes dos ditadores.

Os trabalhadores devem comparecer a este ato, prestigiando a nobre iniciativa dos nossos estudantes e das entidades que se representarem no ato.

A Ascendência dos Títulos...

Todos os que ostentam qualquer título antecipado ao nome, sabem por experiência própria que ele exerce vários tipos de influência sobre as pessoas com quem tratam. Se elas são intelectualizadas, o título se reduz a zero na escala dos valores, prevalecendo apenas como indicador de atividades. Se essas pessoas pertencem ao número dos que não tiveram a felicidade de maior cultura, o título pode provocar mistica subserviência. E se seu portador é um fátuo e um ignorante, como acontece muitas vezes, muitas vezes acontece também aproveitar ele ao máximo essa mistica ascendência.

Os sindicatos, devido à falta de porteiros da sua integridade, são agora muito visitados por esses portadores de títulos, ganhos algumas vezes à custa do prestígio adquirido nos próprios sindicatos. São eles os deputados, vereadores, senadores e até vices e chefes de executivos.

Os nomeados não põem o menor reparo no prevalecimento de seus títulos e chegam, mediante essa barata ascendência, a impor seus pontos de vista aos associados, sem se lembrarem, nem de longe, que são perfeitos intrusos em campo alheio. Aceitam "com o maior prazer" qualquer missão para que se insinuam, presidentes disto e daquilo, figuras centrais em todas as iniciativas em que possam projetar-se.

Os resultados dessa ascendência no campo sindical têm sido perniciosos. Os mais cultos terminam retirando-se do campo minado e o aparecimento de novos valores é cada dia mais difícil. As iniciativas, quando exigem acentuado grau de sacrifícios, dão sempre em água de barreira fraca, incapaz de levar consigo toda a sujeira sobrando. O caso do congelamento dos preços foi um exemplo típico. Nascido nas assembleias sindicais, foi desmanchar-se como nuvem de fumaça em convenção realizada no teatro Colombo e em algumas mesas-redondas onde os títulos tinham predominância... A campanha do congelamento dos preços ficou desacreditada e com emanções de fedor tão fortes que nenhum desses senhores se quer lembrar dela. Entretanto, os sindicatos podiam (e podem ainda) obrigar os governantes a tomar medidas de contenção aos altos preços. Mas neste caso, como em todos os outros, é preciso que os trabalhadores façam as coisas por si mesmos, prescindindo da "ajuda" desses pavões...

Os títulos nada dizem e nenhum valor representam para o campo sindical. Mas enquanto os trabalhadores não compreenderem isto, continuarão enredados em marchas e contramarchas, sem saírem do buraco da carestia e da vil sujeição aos potentados, que têm nos portadores de títulos seus melhores aliados, embora alguns creiam piamente o contrário.

Aos que desejam eleger-se à sombra dos sindicatos, crentes de que poderão ajudar os trabalhadores nas câmaras burguesas, deixamos que o tempo os desengane de que nada podem fazer. Mas não podemos faltar-lhes ao desejo de aconselhá-los a que, uma vez eleitos, deixem os sindicatos em paz, pois seus associados saberão conduzi-los tão bem ou melhor, por si sós, que com a indesejável ascendência que os títulos impõem em maior ou menor grau.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O 1.º DE MAIO

Nunca peguei na pena para fazer considerações sobre o movimento proletário. Mas desta vez, constrangido, para deixar minha consciência em paz e para esclarecer aqueles que não assistiram o "movimento do dia do Trabalho", sinto-me no dever de dizer alguma coisa. 1.º de Maio? Decepção completa.

Quando nos ufanamos de possuir 4000 sócios inscritos de uma totalidade hipotética de 20.000 gráficos, apenas 5 sócios participaram da passcata. Pasmem! Apenas 5 sócios, que numa demonstração decepcionante acompanharam a Bandeira do Sindicato Gráfico no Pacaembu.

Esta demonstração de indiferença não foi dada somente pelos Gráficos, mas por todos os Sindicatos que se ufam de representar o proletariado mais numeroso, que é do Estado mais progressista da Federação.

No Pacaembu, apenas um discurso, e este adrede preparado e pronunciado por um vereador, perfeitamente alheio ao batente.

Discurso fora da atualidade, porque a atualidade requeria protesto pela não aprovação da nova Lei da Aposentadoria, que os jornais noticiaram em tempo para que se fizessem os protestos necessários.

O proletariado espera sempre que as suas conquistas venham da "Cupula" e não se convence que as conquistas devem ser impostas pelas forças revolucionárias, não com as "armas" das revolucionárias pela preparação das consciências.

Devemos reconhecer que todos os "BENEFÍCIOS" de que se faz alarde, foram conquistados pela punção dos proletários.

A Lei das Férias, Domingo remunerado, Aposentadoria, Código do Trabalho, são atribuídas à "CUPULA" e esta prometeu, mas destas vez não cumpriu, e nenhuma voz de protesto pelo não cumprimento da promessa se ergueu dos que se intitulam "LIDERES" nos momentos propícios como o da data do 1.º de Maio.

Estejamos certos, proletários, que sem nossa força, empregada em momento oportuno, nada conquistaremos, porque os tais que se consideram nossos "LIDERES" não estão na altura de dirigir nossos destinos, e vestem a pele de leão, quando em baixo desta se encontra o animal acomodaticio que é o carneirinho.

DOMINGOS MEMO

Presunção e água benta...

Há gente que fala demais, dizendo asneiras sem conta. Vejamos esta: «Quando os elefantes se mexem, as minhocas são achatadas». O lançador deste novo provérbio, elevou-se à categoria de elefante por haver conseguido um diploma de deputado. Que lhe faça bom proveito.

O que nos parece exagerada é a desproporção por ele criada entre si e os outros pobres mortais que não são deputados. Mas, conformando-nos (a referência foi para nós) com a nossa posição de minhocas, lembramos ao autor da sentença que todos os oligoquetos são úteis à terra que cria os feijões que ele come; que não têm orelhas para ouvir mal e que, talvez por isto mesmo, jamais colocam orelhas onde elas já existem; que as minhocas não são facilmente achatadas, porque a natureza lhes deu a elasticidade e o ambiente necessário para resistirem às pisadas de qualquer proboscídeo; que, vivendo no terra-a-terra, não sofrem do delírio das alturas nem correm o perigo de levar grandes trambolhões; e, finalmente, podemos afirmar-lhe que as minhocas, não sendo políticas e não precisando mostrar-se, não mandam cartas asneiradas em vernáculo e em sentido a nenhum boletim sindical, para não deixarem mal parada a reputação de inteligentes e cultas que alguém possa emprestar-lhes.

O ignorante é o último a reconhecer sua ignorância. A este deputado-líder dizia um colega, um autêntico líder que não tinha a menor presunção, que ele falava demais e que devia conter-se um pouco até ter mais conhecimentos. O conselho, altamente valioso, não foi seguido. Falou cada vez mais, mandando os conhecimentos às favas. E como não podia deixar de ser, foi eleito deputado, já que a melhor recomendação para um eleitorado ignorante é a ignorância do candidato.

Se ele aceitasse conselhos lhe diríamos que não escrevesse mais enquanto não pudesse fazê-lo de modo sofrível. Quanto à sua presunção, que é imensa, nada aconselhamos. O Diógenes que podia aconselhá-lo já morreu há muitos séculos.

Militantes que Desaparecem

ANTÔNIO TRIGO

Faleceu no dia 2 de abril, no Rio de Janeiro, o velho militante sindicalista e libertário, Antônio Trigo.

O extinto foi um dos elementos mais esforçados da velha guarda do movimento sindicalista brasileiro, tendo sido um dos fundadores da União dos Alfaiates do Rio, a velha organização classista que, através de suas lutas, conseguiu brilhantes vitórias no passado.



Antônio Trigo foi um ativista destacado na Federação Operária da Capital, nos tempos em que essa entidade desbravava nas mentalidades operárias, cheias de preconceitos e de conformismo, o caminho de horizontes mais amplos e despejados.

Sofreu ele, como todos os da velha guarda, as arbitrariedades da reação estatal contra os pioneiros da emancipação do trabalho. E praticou a solidariedade sempre que ela se tornou necessária aos perseguidos de toda ordem. Com a modéstia proverbial aos lutadores do seu tempo, desenvolveu obra fecunda.

Sua passagem representa grave perda para seus companheiros do Rio, e para nós mesmos, nesta hora de revivência sindical.

Deixa viúva, a Sra. Alzira Neves, e um filho, Mauro, de 14 anos. A eles, como a seu velho pai e a seu irmão Luciano, também companheiro de luta, as condolências de "Ação Sindical".

CHAPA DE UNIDADE...

Desde que surgiu a Ação Sindical dos Gráficos, os mentores dos que governam atualmente o STIG, abordaram quase todos os elementos desse núcleo no sentido de convencê-los a tomar parte na chapa oficial, pretendendo desse modo enfraquecer de algum modo o pujante movimento renovador. Ante as negativas dos colegas, que chegaram a dizer-lhes que o que pretendiam era apenas valer-se deles para arrastar votos para a chapa oficial, mudaram o disco. E passaram a mostrar-se empenhados "sinceramente" em formar uma chapa de unidade. Suas manifestações nesse sentido chegaram mesmo a impressionar alguns colegas.

O fato real, no caso, é que o aparecimento de uma chapa de oposição não significa a divisão da classe. Antes pelo contrário, é uma manifestação de vitalidade e de consciência democrática. A unidade pretendida não esconde bem o totalitarismo da pretensão. Além do mais, a chapa de unidade que pretendiam era naturalmente a mesma de sempre: cargos chaves para eles, com os costumes afastamentos da produção, que a Ação Sindical dos Gráficos condena, cargos que lhes permitiriam tomar as atitudes políticas em que são useiros e vezeiros, pondo seu prestígio de "líderes" no leilão dos partidos políticos. A oposição teria de conformar-se com as suplências, em forma de postos honoríficos forçados, como vem acontecendo ultimamente...

Os componentes da A. S. G. compreenderam finalmente o jogo e resolveram não dar mais ouvidos a nenhuma proposta do grupo oficialista. Vão concorrer às eleições com chapa completa, convencidos de que, para o bem da classe, É PRECISO MUDAR!

À MARGEM DA LUTA

Movimento Operário

Deveriam ser estranhas, não fossem absurdas, as contradições colhidas no campo da vida social, entre os aspectos formais da lei, sempre inconsequente, e a realidade dos fatos.

Ainda estranhos, e tristes, os divórcios flagrantes entre as possibilidades de os trabalhadores tornarem válidos os direitos assegurados em lei, e o conteúdo ético dos chamados privilégios sociais.

A rigor, não sabemos a quem atribuir culpas de tais e tantas anomalias, embora a demagogia da imprensa escrita e falada, mais as trombetas assalariadas da propaganda internacional, não se cansem, nem se envergonhem, de alardear as virtudes das realidades sociais em que mergulha o trabalhador hodierno. E, evidentemente, o simples diagnóstico não nos deve bastar, embora no rol de suas calamidades consignemos, ao lado da má vontade de patrões e empregadores, o conformismo lamentável do trabalhador.

A sociedade atual, em que devam pesar suas experiências e seus oráculos, suas leis e seus tribunais, é uma contradição e uma farsa. O voto é considerado como a grande arma. Prerrogativa máxima do cidadão, de vez que, segundo se proclama, ele conduz às câmaras legislativas, livremente, os homens que devem zelar pelo bem público. E que, mau grado a equivalência dos três poderes, são os mais responsáveis pela harmonia social, porquanto devem avaliar médias, entender amostras, e traçar rumos em cujos caminhos se harmonizem os interesses pessoais, e aqueles coletivos. Entende-se, à primeira vista, que o voto é o poder excelente, a força máxima, o direito impar do cidadão. No entanto, se ele se furtar às pugnas eleitorais, será compulsoriamente multado. Ou coagido a empreender um simples ato de presença, através do voto em branco.

A representação do povo, nas câmaras legislativas, também é burla, de vez que nem deputados, nem senadores, nem prefeitos, nem vereadores, prestam contas de seus atos. Nem são julgados, sob o quante das evidências que dispensam quaisquer provas, nos instantes das negociações, como ocorreu agora, com as importações de carros, a seguir revendidos, em flagrante afronta aos miseráveis de todos os naipes, sem regalias nem recursos.

Os sindicatos são farsas também. Constituem a viga mor da estrutura social, e pertencem, via de regra, a agentes assalariados do próprio governo ou de governos alienígenas. Deveriam representar o alicerce sadio da própria ordem social e, no entanto, podem ser fechados por um simples funcionário do governo, a seu talento.

Murmura-se, agora, contra a lei da estabilidade. E comentemo-la, em pinceladas rápidas. Sob o aspecto do vil metal, que é a preocupação única dos senhores de empresas, ela não representa entrave a ninguém.

Ação Sindical dos Gráficos

Continua reunindo-se regularmente o seu secretariado, empenhado agora, com primazia, na formação da chapa opositora nas próximas eleições para a direção do STIG.

Informando nossos leitores, podemos adiantar que as empresas Ipiranga, S. Paulo Editora, Rebizzi, Urupês, Siqueira (a antiga corporação), Hérica, Edigraf, Martinelli e Monteiro, Assunção Teixeira, Folhinhas Cheliga, "Diários Associados", Lanzara e outras, se farão representar na chapa da oposição.

PRÓXIMA REUNIÃO

Estamos publicando, noutro local, uma convocação que a A. S. G. está fazendo a seus aderentes para a reunião programada para o dia 6 de junho próximo, às 20 horas, na redação desta folha.

APELO DA A. S. G.

O secretariado da A. S. G., por nosso intermédio, apela para que as corporações que ainda não resolveram em definitivo sobre os nomes dos companheiros que devem tomar parte na chapa da oposição, o façam quanto antes.

É preciso que, na reunião do dia 13, seja completada a chapa que concorrerá às próximas eleições de julho. Os companheiros devem dar-se conta de que o tempo não é muito

porquanto os orçamentos fiduciários, preocupados em reduzir a contribuição ao imposto da renda, e a despirar o montante dos lucros excessivos, já incluem as verbas destinadas ao pagamento de indenizações ou aposentadorias. E notável é o fato de que, nos casos de dispensas não justas e mal indenizadas, as empresas permanecem inatingíveis em seus armazenamentos de moedas, escriturados em favor do empregado.

Dir-se-á que, após dez anos, ou nove anos e seis meses, até, alicerçado na lei da estabilidade, o empregado já não produz com eficiência, ou lança mão de ardis, numa tentativa de ser despedido, e receber indenização em dobro.

Nada mais injusto, nem falso, nem sintomático. O homem que necessita de trabalhar, que permaneceu dez anos a sentir em suas mãos a beleza da produção, não inventa motivos que o podem conduzir às mesas das juntas trabalhistas, e determinar um atestado de incompetência, em sua carteira profissional. Quando assim procede, se assim ocorre, o sintoma revela que, mesmo após dez anos de lutas, ele não foi capaz de integrar-se numa realidade social, ou não foi capaz de entender os objetivos da escravização a que o conduziram patrões e tribunais.

Pobre sociedade esta em que, após a exploração de dez anos, o homem tenta evadir-se de um cárcere em que apenas deixou lágrimas e revoltas, sem encontrar nada, absolutamente nada, que lhe justificasse as crendas, a noção de dignidade e o rumo de seus passos terrenos. A estabilidade deveria ser uma garantia e um prêmio. A prática se encarregou de oferecer-lhe a vestimenta bufa de uma espécie de auto-defesa; válvula de segurança, contra perigos e ameaças.

Os legisladores da pátria e os sociólogos, não deveriam cogitar dos perigos que a lei da estabilidade pode representar. Apenas, elaborados os diagnósticos, deveriam traçar a terapêutica idônea. Até concluírem que, se o trabalhador lança mão dessa mesma lei da estabilidade, contra o patrão, é porque nem este trabalhou em favor do homem e da sociedade, nem aquele se adaptou às imoralidades da empresa e do trabalho.

No fecho destas considerações perfunctórias, cabe-nos registrar o fato triste de que o trabalhador, por falta de união e espírito de luta, por abandono de suas dignidades humanas e altas prerrogativas profissionais, por incompreensão de seus direitos e por incapacidade de estimar sua força, ainda é o culpado maior de tais e tantas anomalias que ocorrem no campo da vida social. E em que nenhuma solução sadia, nenhum horizonte novo, nenhuma esperança serão colhidos, enquanto o trabalhador não reivindicar, sozinho, com o seu coração, em favor de um mundo melhor, o direito que lhe pertence de ser o principal autor das riquezas.

MORAIS

MUNIÇÕES PARA "AÇÃO SINDICAL"

Recebemos dos amigos e companheiros abaixo, as seguintes contribuições:

Dos colegas da Rebizzi, 625,00; de Pedro Catalo, 100,00; de Domingos Memo, 200,00; de Carmo Foresta e seus colegas, 50,00; dos colegas da Martinelli e Monteiro, 50,00; de Lucas Gabriel, 200,00; de F. Ortega, 500,00; de Sônia Oiteica, 50,00; dos trabalhadores na Indústria de Calçados SIVZAT S/A (lista) 210,00; dos companheiros gráficos da São Paulo Editora, 640,00; de outros que desejam conservar-se no anonimato, ... 370,00.

De venda avulsa, 1.920,00. Saldo do número anterior, 600,00. Total, 5.515 cruzeiros.

Gastos do 2.º número: Cr\$ 5.470,00. Saldo para o presente número: Cr\$ 45,00.

Carta Aberta

Meu caro Ventura Morenilla:

Seu apelo chegou onde devia e foi tido em devida consideração, uma vez que interpretamos a finalidade com que foi lançado: unir para o bem da classe.

Entretanto, permita-nos o colega alguns esclarecimentos. Tôdas as críticas feitas nesta fôlha são endossadas pela verdade. Tôdas as palavras são medidas e comprovadas as acusações antes de serem dadas à publicidade.

Nós também somos partidários da unidade, porque ela é o primeiro objetivo do sindicalismo. Mas não se visa apenas a unidade pela unidade. Ela requer procedimentos, linha de conduta aceitável, consciência classista, despreendimento e sacrifício. Manter a unidade entre elementos que não observam tais predicados não é recomendável. No nosso sindicato, como denunciámos em algumas de nossas críticas, há elementos que visam só projeção e interesses pessoais, servindo-se ainda do nosso ambiente para exibirem uma desmedida vaidade, percebida por todos.

O sindicalismo, como tôdas as correntes de opinião e de luta, não dispensa a atividade de bons militantes. Eles são mesmo necessários porque, em determinados momentos, podem orientar seus colegas por caminhos firmes, indicando os pantanais e as arapucas que os inimigos comuns armam por todos os lados. Para orientar, entretanto, são necessárias duas coisas: a confiança dos colegas e a perspicácia dos militantes, postos os olhos e os sentidos no objetivo a alcançar. Quem enredar em tudo isso seu interesse pessoal, sua vaidade, e desejos inconfessos, não contará com a confiança geral. A intuição das massas é um fato incostete. O operário que não vai com um determinado "cara", achou motivos para isso no seu íntimo. Impossibilitado por qualquer carência de exprimir sua antipatia, receoso de um revide bem combinado em palavras, acaba afastando-se, caindo no derrotismo tão generalizado atualmente.

Esta fôlha saiu para criticar, orientar, esclarecer. Embora pequena, não é um pasquim que dê guarida a ataques sem fundamento. Não elogia, senão mui modestamente, as ações que o merecem. Reconhecendo que o culto das personalidades foi, e será o maior corruptor do caráter do homem, levando os cultuados para o campo do esnobismo ou transformando-os em monstros, indica a todos os militantes o caminho da modéstia honrada como melhor meio para se tornarem credores da confiança de seus companheiros.

Visamos, e o companheiro Morenilla também, uma transformação social que acabe com a aprotória condição dos produtores. Isto encerra uma idéia, a que defendemos e pela qual lutamos. Últimamente, as idéias foram postas de lado em benefício de determinadas personalidades, invariavelmente indignas de serem transformadas em bandeira. E este novo ambiente deu azo a que muitos papagaios, ignorantes repetidores de frases sonoras, incapazes de criar qualquer coisa nova para a herança dos conhecimentos, se julguem credenciados a cargos de direção, mediante "justos" proventos.

A consideração que o companheiro nos mereceu, por seu passado de lutas e sacrifícios, obrigou-nos a estas rápidas explicações. Estamos de acordo em que os tempos estão chegando e que as massas proletárias precisam compreender o papel que a história lhes impõe. Foi por compreendermos isso que nos impusemos a obrigação de contribuir com nossa pitada de cimento para o edifício do futuro. Como? Saneando o campo em que hão de travar-se as batalhas finais. Nossa ação não visa apenas, como podem julgar alguns, a simples troca de elementos na administração de uma pequena unidade do campo sindical. Que o companheiro Morenilla nos compreenda, e tolere nossa ação, é o nosso maior desejo.

ALEXANDRE C. PINTO

Sobre a Beneficência

Tal como havíamos previsto, os diretores do STIG resolveram dar marcha atrás nas restrições que fizeram há tempos no setor da beneficência. Nossos reparos a essa medida e o descontentamento da classe, não foram, entretanto, as causas que os obrigaram a repar as coisas no seu lugar. É que as eleições estão próximas e eles precisam de votos para a chapa oficial... O estatuto que a última assembléia derrubou, resolvendo que continuasse em vigor o antigo, não encontrou defensores. Nem mesmo sua Excia. defendeu o estatuto que ajudara a criar. A proximidade das eleições e o repúdio da classe a que se malgastem os haveres do Sindicato, obrigou-o a ser prudente. Outros que defenderam o corte dos benefícios, sustentando esse ponto de vista na assembléia realizada no salão dos metalúrgicos, viraram casaca e passaram a defender o estatuto antigo... A quantos sacrifícios obriga uma eleição!

Os Sindicatos

ELMANO CABOGE

*Sem sindicalização,
O operário luta em vão.
Sem o amparo sindical,
E vá a luta social.*

*Amigos, ao Sindicato!
Pelo Sindicato, amigos!
Lá, de direito e de fato,
Livramo-nos dos perigos...*

*Na mais perigosa fase,
E, e foi a nossa base.
Sindicato é fortaleza,
E garantia, é defeza.
Sem ele, a patronaria,
Mais e mais nos asfixia.*

*Companheiros, atenção!
Sem sindicalização,
Estamos sem proteção,
Qual ovelhas sem redil!*

*O Brasil,
Companheiros,
Ha de ser dos brasileiros,
Mas de direito e de fato,
Quando o trabalhador,
Quer da rua, quer do mato,
Com vontade e com amor,
Der o devido valor
Ao valor do Sindicato!*

Os gráficos, entretanto, não devem ir no engodo. É costume dos políticos, nas proximidades das eleições, passar mel pelos beiços de todo mundo. A demagogia entra em cena e as promes-

TEMOR INFUNDADO

O projeto de lei que regulamenta o direito de greve nos moldes da constituição, apresentado pelo deputado Rogé Ferreira, tem dado margem a que vários mentores de entidades patronais se mostrem contrários ao mesmo taxando-o de inconstitucional e subservivo. Isso mostra que os patrões andam apavorados ante a possibilidade de termos amanhã uma lei que garanta aos trabalhadores o livre exercício de greve.

Sabemos todos que uma greve não depende da regulamentação de leis mas, sim, da organização dos trabalhadores. Se eles formarem um bloco, unidos em torno dos seus sindicatos, alcançarão as vitórias que almejam, independentemente de qualquer regulamentação. Mas os trabalhadores não fazem greves pelo simples prazer de fazê-las e sim quando as circunstâncias os obrigam a recorrer a esse extremo.

É evidente que quem gera o clima para as greves são os patrões usurários e intransigentes, que, com seu voraz apetite de lucros, tudo negam aos operários. Eis porque não vejo razão para que esses representantes das entidades patronais se mostrem tão apreensivos, vendo no livre exercício da greve um bicho-papão pronto a devorá-los.

Nas argumentações desses senhores, um chegou a declarar que se o projeto for aprovado e transformado em lei, isso representaria a falência dos sindicatos operários. Eu tenho plena certeza de que se ele acreditasse nisso, e junto com ele os demais, os patrões seriam os primeiros a fazer pressão a favor do projeto (lembrem-se do 13 de janeiro), desvelando-se para que os legisladores o aprovassem, a fim de se verem livres dos sindicatos dos trabalhadores.

O que quero salientar, entretanto, é que, se for regulamentado o direito de greve, podemos até admitir que não se registre nenhuma, salvo algum caso excepcional. Para isto, basta que os patrões reconheçam os direitos de pessoas humanas a seus empregados, de modo que estejam a salvo de situações embaraçosas no que atente à sua economia. Acabem-se com as arbitrariedades e certos regulamentos opressivos que deprimem os trabalhadores, causando natural revolta e o conseqüente desinteresse pela produção, e as greves irão para as calendas gregas.

Não se pode negar que os empregadores tenham rendimentos dentro das oficinas, porém, dentro dos princípios que dizem respeito à dignidade humana. Mas não é com regulamentos de caserna que eles conseguirão ganhar a boa vontade dos homens que movimentam suas indústrias.

Os trabalhadores, podem estar certos todos os interessados, quem trabalhar em paz, mas dentro de um padrão de vida que atenda todas as necessidades da época que vivemos. Já se foram os tempos em que os produtores eram forçados a trabalhar em troca do simples alimento. Se os empregadores não quiserem compreender isto, então haverá sempre clima para greves e para outros entrecosques entre o capital e o trabalho, gorando e tão decantada paz social que os patrões e as classes conservadoras tanto desejam.

WALDEMAR GRAÇA

EU SOU POLITICO...

Em ato recente do Departamento Social e Cultural do STIG, sua Excia. o Sr. Deputado José da Rocha Mendes, que presidia o ato, rebateu uma das afirmações do conferencista, de que toda política era comércio, dizendo: "Eu sou político e não sou comerciante". Isto dito em qualquer outro lado não teria a menor importância, mesmo porque muita gente reconhece que viver da política é bem mais suave que viver do batente. Mas declarado assim, de uma tribuna oficial do STIG, e como presidente do ato, parece-nos muito forte.

Afinal, o que teria pensado a numerosa assistência, do nosso Sindicato? Que era um centro político? Ou que estava dominado por um político sabido?

E nós não duvidamos que o religioso conferencista tenha dito aos de sua seita, ao ouvir os comentários: — Em verdade vos digo, meus irmãos, que não estais de todo errados...

Convocação

A Ação Sindical dos Gráficos convida todos seus aderentes e simpatizantes a comparecerem à reunião que efetuará no dia 6 de junho próximo, às 20 horas, na redação de "Ação Sindical", sita à Rua Rubino de Oliveira, 85, 1.º andar.

Ordem do dia a ser tratada:

- 1.º — Constituição definitiva da chapa de oposição;
- 2.º — Propaganda da mesma;
- 3.º — Parte financeira da campanha.

São Paulo, 25 de maio de 1958.

BATISTA FAZZOLARI
(Secretário geral)

Entre Pelegos

— Vim visitá-lo, seu Nó, porque estou ansioso de saber como foram as coisas lá pelo Rio.

— Foi tudo bem, seu Cego, graças a Deus. A conferência foi um sucesso. O Jango então foi uma maravilha. Fêz tudo quanto pôde para restabelecer o nosso prestígio, dando-nos, já com certeza, a mesma aposentadoria que têm os bancários.

— Ele é um amor. Depois de amanhã já vou dizer isso à bugrada, que vai ficar contente. Imagine só, aposentadoria com trinta anos de serviço! Eles, que chegam a trabalhar 60 anos seguidos...

— E, e não se esqueça de dizer-lhes que esta é realmente uma grande vitória de todos os líderes que tomaram parte no congresso...

— Mas você não disse que foi o Jango que...

— Bem... você parece que não compreendeu bem a coisa. Este ano há eleições de muita importância. Elas é que vão decidir da futura presidência da República...

— Não entendo.

— Seu Cego, a coisa é clara. O P. T. B. precisa conquistar posições nas próximas eleições. Como é um partido trabalhista sem trabalhadores, acham que é melhor incluir alguns dos nossos nas chapas, para arrastar o eleitorado. Mas nós estávamos um pouco desprestigiados e a turma já começava a duvidar de nós. Então surgiu aquela idéia do estatuto dos bancários e nós aceitamos logo. Agora, com essa promessa da aposentadoria aos 55 anos, estamos feitos. Vamos explorar isso bem e vamos ser eleitos.

— Você disse vamos...

— Bem, meu querido amigo, você sabe... a gente não pode ficar tôda a vida como simples líder... Eu também vou ser candidato.

— Parabéns, seu Nó. Conte comigo. Mas você disse que era uma promessa isso dos 55 anos?...

— E' e não é. Acontece que a redação da lei saiu um pouquinho defeituosa e vai ser difícil que alguém consiga essa aposentadoria. O camarada que a requereu, pela nova lei, tem de dar mais provas que as que a terra já deu. Quando tudo for bem, uns quinze anos depois de meter o requerimento, talvez consiga...

— Mas então é tapeação, seu Nó...

— Para fins eleitorais. E é também uma inovação dos nossos grandes homens públicos: a primeira promessa sancionada no mundo, a primeira promessa com força de lei.

— Já começo a compreender, seu Nó. A bugrada é obrigada a acreditar porque a coisa tem caráter legal...

— Isso mesmo!

— Quer dizer que o projeto de lei orgânica foi engavetado. Mas, se não me falha a memória, vocês foram ao Rio justamente para defendê-la...

— Bem... mas houve umas trapalhadas. O projeto não era dos trabalhistas e outros iam levar as glórias... Depois, aqueles cabras da C. N. T. I. e de federações que nunca apareciam em nenhum lado, é que arrumaram tudo. O Jango obrigou-os a deixarem as divinas poltronas e a entrarem na ativa... E eles, com apoio do Jango, resolveram tudo.

— Mas os deputados Ramos e Viana disseram que as companhias de seguros contra acidentes é que tinham atrapalhado e que...

— Bem, seu Cego, isso não é da nossa conta e até é perigoso falar sobre o assunto, compreendeu? A coisa foi lá pelo alto, e chega.

— Está bem, seu Nó. Morreu o assunto. Nunca mais falarei disso nem da lei orgânica...

— E' isso mesmo. Mas da lei orgânica nós tornaremos a falar mais tarde, quando nós faltar assunto para entreter a bugrada. Por agora vamos tratar da nossa política que é mais proveitosa.

— Lá isso é. A mim já me fizeram propostas... mas eu estou ainda indeciso e...

— Faça como sempre. Aceite a gaita e, por baixo da corda, aconselhe a bugrada a votar na gente. Se eu for eleito, você sabe que eu não me esqueço dos amigos. Garanto a sua reeleição na presidência do sindicato por mais 4 ou seis anos.

— Mas isso não é promessa?

— Não, é garantia sancionada...

(Mensagem dos sub-conscientes, captada pelo medium X)

Gráficos:

Pela moralização do nosso ambiente sindical, pela criação de novos valores, por melhores serviços na assistência médica, pela abolição do turismo e do carreirismo, prestigiai a chapa da oposição.

E' Preciso Mudar!

Relembrando a Greve na Siqueira, em Vésperas de Novo Julgamento

Ouvirão os juízes o último brado do saúdo o Enio Roxo?

Dois anos e meio são decorridos desde que os gráficos da Siqueira se declararam em greve, exigindo o aumento consignado no acordo salarial de 1955. Dois anos e meio para a justiça do trabalho se pronunciar, e nada feito ainda em definitivo! Quão enredada é a lei, seus magistrados e seus interesses, para que precisem de tanto tempo para julgar uma causa tão simples! Simples, sim, porque no dizer de um homem público, ao tomar conhecimento do assunto e da luta que então se travava, a coisa era mais do que simples: «Se o acordo tem força de lei, eles têm de pagar!» E pagaram o aumento sobre os salários do tempo trabalhado, por força de uma sentença, que reconheceu, sobre o fato, a razão que assistia aos trabalhadores. Mas os mesmos magistrados não condenaram a empresa pela violação das leis trabalhistas que reconhecem o direito de estabilidade e indenização por demissão injusta. Para eles, os juízes que votaram pelas «razões» dos empregadores, que agiram de modo a que os diretores da Siqueira festejassem antecipadamente a sua vitória, os trabalhadores não tinham razão em reclamar por seus meios mais consagrados o que lhes era devido. Razão reconhecida ao conceder-lhes o aumento, negada quanto ao mais, como se todo esse mais não fosse oriundo da mesma razão.

O processo, mais uma vez, vai ser julgado em instância superior, parece que nos primeiros dias de junho próximo. Ante a expectativa geral nos meios sindicais de todo o país, vamos fazer um ligeiro histórico dos acontecimentos, fadados pelas circunstâncias a pôr à prova a eficácia das leis trabalhistas.

A SIQUEIRA NÃO PAGOU O AUMENTO

A 10 de novembro de 1955, data em que deveria efetuar-se o primeiro pagamento com o aumento sancionado pelo Tribunal Regional da Justiça do Trabalho, a Indústria Gráfica Siqueira S/A, com um aviso antecipado de alguns minutos declarava que não daria esse aumento a seus empregados. O gerente, ou coisa que o valha (não tinha posição definida e muita coisa poderia revelar sobre as mentiras declaradas ante o Sr. Juiz Carlos Sá), chamava o representante do Sindicato e insistia com ele para que fizesse o jogo da empresa, acalmando seus colegas descontentes. Este, com relutância, anuiu, mas nada prometeu, aconselhando a empresa a reconsiderar sua resolução e a pagar a seus colegas o aumento a que tinham direito por lei. Ponderou mesmo que naquele ano não houvera greve graças à atuação da corporação da Siqueira nas assembleias gerais do sindicato, o que contribuiria de algum modo ao desfogo dos industriais do ramo.

Após o pagamento, sempre feito ao concluir-se a jornada de trabalho, uns 80 empregados dirigiram-se à sede do sindicato a fim de resolverem sobre a atitude a tomar. Os diretores do mesmo, bem como os representantes, aconselharam calma a todos, resolvendo-se convocar uma reunião de toda a corporação para a noite do dia seguinte, a fim de estudar a situação e resolver sobre os meios de obrigar a empresa ao cumprimento da lei.

No dia 11 todos os empregados compareceram ao serviço, notoriamente descontentes com a situação criada pela empresa. O representante do sindicato, antes do início do trabalho, solicitara de todos os chefes sua tolerância para qualquer falta ou inconveniência dos colegas aborrecidos, no que foi realmente atendido. Às 10,20 hs, entretanto, o gerente chamava o representante e, de forma destemperada, tratando todos de vagabundos, comunicava-lhe que ia suspender alguns operários, a começar pelos dirigentes sindicais que trabalhavam na firma. Declarava-lhe também, depois de interrogado, com serenidade, que a empresa não pagaria o aumento e que quem não ficasse satisfeito que se fosse embora. Essas declarações, logo conhecidas de todos os empregados, foram a gota que esgotou sua paciência. Pouco antes das 11 hs, o trabalho foi abandonado, dirigindo-se todos para o Sindicato.

PRIMEIRA PAREDE

No caminho para o mesmo, pelas manchetes dos jornais expostos nas bancas, tomavam conhecimento de que graves acontecimentos políticos se desenrolavam na capital do país, onde o Presidente da República fôra deposto. Isto ocasionou as naturais apreensões aos que iniciavam seu movimento reivindicatório.

No Sindicato, tendo em vista esses acontecimentos e as restrições à liberdade de reunião impostas na hora, e desejosos também de não darem motivos a qualquer exploração perturbadora, resolveram voltar ao trabalho no próximo dia 14, uma vez que já passava das 13 hs., (era sexta-feira e não se trabalhava nos sábados, por compensação de horas durante a semana).

Nos dias 12 e 13, por comunicado em vários jornais, a empresa, desconhecendo a resolução tomada, convidava seus empregados a retornarem ao trabalho no dia 14, sob pena de graves sanções.

No dia 14, a corporação voltou a suas atividades normais, mas com a firme determinação de não abdicar de seus direitos. Os empregadores interpretaram mal esta volta ao trabalho, julgando-a uma capitulação incondicional. E fizeram o que não deviam fazer, faltando miseravelmente ao que estava explícito no seu comunicado, de só punir os que não voltassem ao trabalho. Às 17 hs., demitiram sumariamente dois representantes sindicais, suspendiam vários e advertiam e ameaçavam mais de uma dúzia.

ACONTECIMENTOS POLITICOS, CONVITE E RETORNO

Com a situação do país mais aclarada, consolidada já a nova situação política, os gráficos da Siqueira, obedecendo a convocação já combinada no dia 11, reuniram-se esse dia no sindicato às 20 hs. Os dois representantes demitidos, havendo-se consultado previamente, declaravam a seus colegas, pela palavra de Alexandre Pinto, que não desejavam mais voltar ao trabalho numa empresa que tanto os desconsiderara e que, por esse motivo, os desobrigavam de qualquer manifestação de solidariedade. Declaravam ainda que procurariam pleitear, direta ou indiretamente, indenização em seus direitos. O presidente do sindicato e outros oradores achavam que era melhor continuar o trabalho normalmente enquanto se recorria a negociações. Houve mesmo quem ponderasse que, se a empresa não estava realmente em condições de pagar o aumento instituído, que se aceitasse provisoriamente um aumento de 10 ou 15%. Finalmente, foi resolvido continuar normalmente as atividades no dia 16 (dia 15 era feriado nacional), devendo a diretoria do Sindicato, junto com seu advogado, entrevistar-se na manhã daquele dia com os diretores da empresa e procurar um entendimento que viesse satisfazer, ao menos em parte, as suas aspirações.

Enquanto os gráficos trabalhavam, na manhã do dia 16, por três vezes, tentaram o presidente do sindicato, o seu advogado e o secretário, chegar à fala com os diretores. Da primeira vez foi-lhes dito que não podiam recebê-los porque a diretoria ia reunir-se; na segunda, porque estavam reunidos; na terceira foi-lhes comunicado que a diretoria não os receberia e que se entendessem, se quisessem, com o chefe da seção de pessoal. Este, como é costume, terminou declarando que nada podia resolver sobre o aumento surgindo que o presidente do Sindicato escrevesse à Empresa uma carta, expondo as pretensões dos operários. É claro que tudo isto indicava a mais perfeita vontade da empresa em chegar a um acordo.

A GREVE

A corporação da Siqueira, uma das mais intelectualizadas do setor gráfico, onde havia associados ao sindicato com mais de 30 anos, percebia bem a desconsideração dos diretores, feita a todos, nas pessoas de seus representantes, os diretores sindicais que ali haviam ido em missão harmonizadora. E responderam como manda a dignidade dos homens, quando nela ofendidos, como foram, pelo desprezo gratuito dos escravagistas da Siqueira.

Sem convite, sem convocação, reuniram-se às 12 hs., (dia 16) na sede do Sindicato e declararam-se em greve até conseguir que a empresa cumprisse a lei, pagando-lhes o aumento que sonegava.

A ALEGADA GREVE DE SOLIDARIEDADE

Desafiamos, a quem quer que seja, a provar que, no desenrolar dos acontecimentos, houve no caso da Siqueira uma greve de solidariedade. Pela simples análise dos acontecimentos, mesmo através dos depoimentos das testemunhas, é dado a qualquer juiz, isento de parciali-

dade, reconhecer que houve um único motivo de importância capital na deflagração da greve e outro subsidiário; o primeiro foi de remarcado cunho econômico; o segundo foi a dignidade de uma corporação ofendida.

As testemunhas convocadas, que tiveram interferência por força de seus cargos, para resolver o conflito da Siqueira, foram unânimes em suas declarações: os grevistas não insinuaram, não declararam nenhuma condição para retornarem ao trabalho, durante as tentativas realizadas para a solução do conflito. Apenas o Sr. Procurador da Justiça do Trabalho, se não nos falha a memória, declarou que eles pleiteavam o aumento, mas que não foram possíveis negociações em face da resolução da empresa de demitir coletivamente seus empregados (dia 22 de novembro). O Sr. Delegado Regional do Trabalho declarava que os trabalhadores nenhuma condição impunha para voltar ao trabalho. O Sr. Governador do Estado, declara que os trabalhadores nada exigiam para voltar a suas atividades. E na declaração do Sr. Presidente da Federação das Indústrias, consta apenas que a empresa se negava a entrar em negociações por não estar em condições financeiras para atender as reclamações de seus empregados (sempre a questão econômica).

A EMPRESA JULGA A PRIORI...

De tudo isto, pode depreender-se que, durante os acontecimentos, todos os intermediários desconheciam uma exigência que só a empresa «conhecia» porque assim lhe convinha... a de que a greve fôra declarada por solidariedade. Se isso fôsse verdade, a greve se teria declarado no dia 14 e não no dia 16, de tarde, dado que essa nobre manifestação de sentimentos humanos, que a lei condena, fria e estupidamente, se manifesta sempre de modo impulsivo e sem maiores delongas. A empresa jamais teve conhecimento, por quem quer que fosse, de que seus empregados exigiam a volta dos demitidos ou a relevação de penas impostas a outros, para

agarrar-se ao decreto 9070, declarando demitidos 6 dias após a greve, todos os seus empregados (declaração feita ante o Sr. Procurador Regional da Justiça do Trabalho). Não tendo tratado com seus empregados nem com seus representantes, como podia alegar que era uma greve de solidariedade, maximamente quando ela não tinha realmente esse caráter?

A empresa não podia provar isso antes de demitir seus empregados. Ou agiu por simples presunção ou por má fé. E nenhuma das duas encontra apoio nos conchinhos da justiça. Assim o compreendeu também o digníssimo juiz da 6.ª Junta de São Paulo, Sr. Dr. Carlos Sá, ao condenar a empresa em bela e bem fundamentada sentença.

OS JUÍZES JULGAM A POSTERIORI...

Os homens alheios a chicanas, podem condenar-se à morte mesmo sendo inocentes. Não sabiam os próprios empregados quais as razões alegadas pela empresa, a não ser a de que ela se julgava com razões pelo fato de eles terem feito greve. O próprio advogado dos operários estava tão certo de que a greve não fôra solidária, que nem sequer alertou as testemunhas sobre o particular, como é de uso fazer-se nestes casos, uso muito «próprio» de todos os advogados. Mas durante os depoimentos ante o digníssimo juiz Dr. Carlos Sá, vieram as perguntas e as respostas inocentes e sinceras dos trabalhadores, naquela linguagem que os advogados podem interpretar de mil maneiras. Uma ou mais de uma disse que haviam feito greve por que queriam o aumento e também a relevação das penas impostas a seus colegas. Mas todas, na simplicidade do seu linguajar, afirmaram que a causa principal da greve era o aumento que a empresa lhes negava e para o qual tinham o amparo da lei. Foi isto o que os srs. juízes que condenaram os trabalhadores no T.R.T. de São Paulo e da 1.ª Turma no Rio, não viram nos autos, vendo só a causa secundária, apontada como primá-

ria pela empresa e por seus advogados.

As declarações de que também desejava ou também queria que fossem relevadas as penalidades impostas a seus colegas, serviram de motivo e de razões máximas para que se sancionassem, a posteriori, medidas punitivas efetuadas com muita antecedência...

NEM TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI

Todos são iguais perante a lei, reza a Constituição da República. Mas, data vénia, é justamente nos tribunais, nas casas da lei, que esse preceito não é observado. Uma das testemunhas, Alexandre da Conceição Pinto, começou por fazer um relato dos acontecimentos, por conhecê-los melhor que qualquer outro, dada sua qualidade de representante sindical dos trabalhadores da firma. O Sr. Juiz Carlos Sá, admitimos que sem qualquer malícia, talvez pelo simples desejo de não prolongar muito os trabalhos, disse-lhe que respondesse apenas as perguntas que lhe fossem feitas. E a testemunha limitou-se a isso, ficando em omissão lamentável importantes esclarecimentos que desejava prestar. Já outro processo foi seguido quando depôs o Sr. Governador do Estado, que, sem faltar à verdade, ditou seu próprio depoimento, o que, também, aconteceu com o Sr. Delegado Regional do Trabalho.

O PRÓXIMO JULGAMENTO

O T.S.T., após seu provimento ao agravo interposto à sentença da 1.ª Turma, vai agora julgar do mérito da questão, talvez no decorrer do próximo mês de junho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tempo para o estudo da questão, não faltou aos senhores ministros. Ela é uma carta de prego nas mãos da justiça do trabalho, em nossa opinião. Compreendemos que esse apêndice do nosso direito foi criado para amortecer e suavizar os entchoques entre patrões e empregados. Dá ou recusa, condena ou absolvi, de acordo com as circunstâncias, a política do momento e as forças que se digladiam. Os trabalhadores da Siqueira não têm força sonante, como diria Martin Fierro. A empresa tem campanas de ouro, a badalar suas razões. E o processo é de muitos milhares...

Há muita gente que gosta de enterrar-se sôzinha. Os partidários da paz social, os encarregados de mantê-la, pertencem a esse número. Quando os trabalhadores fraquejam, ou quando seus líderes caem em algum engodo, os detentores dos poderes aproveitam a ocasião para pôr-lhes o pé no cangote. Mas, à força de abusar desse expediente, os homens do trabalho estão cada vez mais descrentes da lisura desses poderes. Uma onda de revolta ecoa em todos os locais de trabalho. E como em todos os lados há o maior interesse no caso da Siqueira, é de presumir que mais um fracasso da justiça virá completar essa descrença.

O Sindicato é deles...

Um dos velhos militantes do nosso setor contou-nos que manteve conversa com um colega sobre as próximas eleições no STIG. Este colega segue a linha política dos atuais diretores. (Convém esclarecer que os diretores a que nos referimos são os que estão a soldo do sindicato, que fazem a desfazem, sempre com o apoio de sua Excia., o Sr. Deputado). O velho militante alvitrou a formação de uma chapa de unidade, tal como vinha insinuando sua Excia., mas dando alguns cargos-chaves aos membros da oposição. E a resposta reveladora da mentalidade dos que vêm governando e dispendo do STIG há varios anos, veio sem o menor reparo:

— Mas NÓS não podemos entregar o sindicato nas mãos de qualquer um!

É verdade colegas gráficos. Eles consideram o sindicato propriedade exclusiva sua e acham que nenhum gráfico, a não serem eles, essa infima minoria, pode orientar e administrar o STIG.

Essa mentalidade tacanha deve desaparecer. Todos somos capazes e dignos de desempenhar qualquer cargo de confiança no nosso setor, mais do que eles, porque, pelo menos, sabemos manter o STIG fora de qualquer sujeira política.

Decididamente, É PRECISO MUDAR!

QUANDO ÊLES QUEREM...

O ciclo das viagens ao exterior, por parte dos três diretores do STIG afastados da produção, acaba de completar-se. Um foi à Finlândia e à Rússia, outro à Checoslováquia e o último foi ao Peru. Os dois primeiros por conta de terceiros, pouco nos importando por conta de quem viajarão. O último, para que não ficasse ressentido nem se sentisse diminuído, viajou mesmo por conta do sindicato. 32.000 cruzeiros dos cofres sindicais que se vão, praticamente, numa viagem prêmio!

Os diretores e seus mentores políticos, alegam naturalmente que a representação ao congresso dos gráficos do Peru foi altamente proveitosa, solidária, contribuindo para estreitar os laços fraternais entre os gráficos do Peru e os do Brasil, etc. etc. Palavras bonitas que mal encobrem a sua decisão de fazerem o que querem e do jeito que lhes apetece. Para representar os gráficos do país achamos que já bastava o representante da F. N. G., única entidade que pode mesmo representar todos os trabalhadores do ramo em conclaves internacionais.

É norma que para se enviar uma delegação ao exterior por conta do Sindicato, deve o caso ser debatido em assembleia geral, antecipadamente, e escolhidos pela mesma os elementos que devem representar a entidade. Não o entendem assim os atuais diretores nem o chefe máximo que tudo dirige, tudo sanciona, e que em tudo põe orelhas. O processo de agirem, comumente, é o seguinte: fazem o prato, apresentam-no a uma reunião do C. G. R., composta geralmente de 10 ou 12 representantes, o deputado e alguns diretores para que o aprovem e o aprovem. Um par de vezes que se manifeste contra, não tem importância. A maioria está sempre garantida para essas coisas. Se for preciso, os diretores também votam e até estranhos à classe que estejam por perto e possam ser chamados... A coisa é resolvida ad-referendum da assembleia. Depois apresenta-se o fato já consumado à mesma. Se alguém se opõe, lá estão os artistas da palavra ardilosa a dizer que foi resolução do Conselho, e que este é o maior estêio da classe, que a assembleia não pode e não deve desautorizá-lo etc. Foi assim com essa viagem ao Peru, que custou a bagatela de 32 contos aos cofres do Sindicato.

Nós estamos de acordo em que o Conselho G. de Representantes pode ser, de verdade, um grande estêio do Sindicato. Mas sempre que ele represente de fato a classe, pelo menos em sua maioria. Atualmente, dado o diminuto número dos que comparecem às reuniões, não representa ele a décima parte dos associados. E se aprova medidas desacertadas muitas vezes é porque a ascendência de sua Excia. e a pressão partidária são fatos notórios. Mais de uma vez tem acontecido reconhecerem os presentes a razão de um argumento ou acerto de uma resolução a ser tomada. Mas se a proposta não é de sua Excia., que nunca está de acordo com propostas que não sejam suas, ele enreda a coisa e dá-lhe voltas terminando por apresentar contra-proposta que é sempre aprovada. Ora, com um Conselho em família, como se poderia dizer, não é de estranhar que as assembleias se encontrem seguidamente constrangidas a aprovar o que se apresenta como oriundo do Conselho... que, afinal, foi obrigado a engulir, do mesmo modo que a assembleia, o prato que lhe foi apresentado já feito.

A ascendência dos títulos de deputado e quejandos, fica aqui mais que comprovada. Mas nós achamos que devem ser os gráficos que devem resolver por si mesmos o que lhes interessa. Todos sabemos que após alguns anos de tarimba nas câmaras legislativas, os nobres representantes tornam-se ardilosos, cheios de manhas, fallos de sinceridade, tendo sempre por escopo envolver os oponentes, tenham eles razão ou não. O Sr. deputado já perdeu a noção e a linha proletária, já insulta trabalhadores, já está imbuído do maquiavelismo político, confundindo nossos meios com os das câmaras burguesas.